

## DISCURSO DE ROBERTO CARNEIRO

---

Magnífico Reitor da Universidade Aberta,  
Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior,  
Sr. Representante de Sua Excelência o Presidente da República,  
Sr. Secretário de Estado da Administração Escolar,  
Sr. Presidente do Tribunal de Contas,  
Senhoras e Senhores Reitores e Vice-Reitores,  
Ilustres Doutores da Universidade Aberta e das demais Universidades Portuguesas,  
Excelentíssimos Convidados,  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

São seguramente discutíveis as razões que levaram o Conselho Científico da Universidade Aberta a decidir conceder-me a mais elevada distinção que uma Academia pode conferir a qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro.

Não me compete refutar essas razões por muito que me apetecesse fazê-lo. Compete-me, outrossim, expressar ao Magnífico Reitor, Professor Doutor Paulo Dias que patrocinou pessoalmente a atribuição do grau honorífico em que acabo de ser investido, à Comissão Organizadora das Comemorações do 25.º Aniversário da Universidade Aberta que o propôs, e ao Conselho Científico que por unanimidade o aprovou, a forma extremamente generosa como entendeu avaliar – e assim premiar – os meus méritos científicos e pedagógicos.

A verdade é que, ao fim de quatro décadas e meia de ininterrupta actividade profissional concluo, em boa consciência, que nada fiz de extraordinário. Tão só procurei, obsessivamente, cumprir o propósito de servir o público interesse e de ajudar a melhorar as condições educacionais no meu país, contribuindo na medida das minhas capacidades restritas para vencer a chaga do atraso estrutural, em tão sensível quanto vital domínio

de profundas implicações pessoais, sociais, culturais e económicas. Trata-se de tarefa gigantesca, cuja responsabilidade cabe a uma geração inteira, já que o nosso atávico atraso educativo provém e mantém-se ao longo das últimas duas centúrias. E permito-me sublinhar que é em tempo de crise que uma nação é chamada a investir estrategicamente na inovação, nos saberes e na formação de qualidade do seu povo, por forma a apetrechar-se para liderar o tempo pós-crise que seguramente se lhe seguirá.

Acresce que constitui para mim uma subida honra ser solenemente investido no grau de Doutor Honoris Causa pela Universidade Aberta, nesta emblemática ocasião em que a instituição celebra os seus primeiros 25 anos de vida.

É ainda de elementar justiça que manifeste o meu sentido reconhecimento aos Professores Doutores António Dias de Figueiredo e Marcelo Rebelo de Sousa pelo carinho hiperbólico colocado na minha apresentação e elogio. São ambos companheiros de empolgantes viagens, por superiores causas e desígnios nacionais, em esferas variadas da *res publica*. Aos dois ilustres académicos agradeço do fundo do coração as palavras amigas e a ambos presto público tributo de muita admiração pessoal.

Finalmente, permitam-me uma palavra de especial agradecimento aos familiares e amigos próximos aqui presentes: à minha mulher; aos meus 13 filhos dos quais 12 convergiram dos mais diversos países e continentes para estarem aqui presentes; aos meus 6 netos, a minha ‘sobremesa da vida’; aos primos, sobrinhos, compadres e companheiros, cujos testemunhos de fidelidade e de proximidade me conferiram o sopro anímico para continuar o justo combate, sem desfalecimento.

Mais do que me acompanharem, os meus próximos foram sempre a expressão solidária do generoso incentivo e do indispensável apoio. Comigo suportaram, ao longo dos anos de serviço público e em inúmeras circunstâncias, no mais cúmplice silêncio, horas amargas, feitas de públicas incompreensões, infames acusações, desproporcionadas privações, fraquezas pessoais. No fundo, confesso-o, tudo lhes devo. E se é que algo terei conseguido realizar pela vida fora, tenho uma enorme dívida de gratidão perante uma multidão de credores: os meus queridos pais, com quem aprendi a grandeza do amor silencioso, infelizmente desaparecidos; o meu “congregado” familiar; os mestres que desde a escolaridade básica à universidade me deram gratuitamente o que sabiam e o exemplo de probidade que com eles aprendi; colegas e companheiros de trabalho solidários e incansáveis; e os incondicionais “amigos do peito”, conselheiros e companheiros de viagem, muitos que aqui me acompanham.

O passivo acumulado é de tal ordem que vos aconselho seriamente a adopção de uma medida cautelar de aprovisionamento do crédito, uma vez que nunca em vida, serei capaz de amortizá-lo, muito menos falar em pagá-lo na íntegra.

Permitam-me, por último, e primordialmente, que manifeste o meu eterno reconhecimento a Deus Pai, Senhor da História e da Sabedoria, pelas graças e dons que me tem concedido e que são fruto da sua incomensurável bondade para com os deméritos e fraquezas deste seu servidor último.

\*\*\*\*\*

Rector Magnificus da Universidade Aberta,  
Caros colegas, doutores, ilustres convidados:

A Universidade Aberta tem pela frente um complexo caderno de encargos.

A tecnologia abre a sociedade – “open society”, torna o mundo plano (T. Friedman), vence a distância e o tempo, e invade todas as esferas pública e privada da vida contemporânea.

Hoje, sem margem para dúvidas, somos uma sociedade tecnologicamente prisioneira. Vivemos, mesmo, o jugo do imperativo tecnológico que se auto-justifica e cujo uso inumano e desmesurado se auto-legitima. Dificilmente escapamos à vertigem tecnológica que se apossou de um mundo síncrono, e impiedosamente competitivo, na corrida pela dianteira da inovação tecnológica.

O ensino superior também se vê acossado pelo determinismo tecnológico não escapando à velocidade da mudança de contextos.

Basta atentarmos no elenco de novidades que subitamente – falo do comprimento de onda temporal de meses e não de décadas – adquire proeminência no terreno da acção educativa:

- Recursos Educativos Abertos (Open Education Resources), com a crescente comoditização / mercantilização dos objectos e conhecimento.
- “Gamification”, designadamente contemplando a emergência dos “jogos sérios”, com largas aplicações educativas.
- MOOC (Massive Open Online Courses), que comprometem as mais reputadas academias em novos e vastos consórcios globais

de oferta de ensino superior (edX, Coursera, Canvas.net, Class2Go, Saylor.org, etc.).

- Cursos *low-cost*, oriundos de reputadas universidades integrantes do elitista “ivy-league” americano.
- “Learning Analytics”, que proliferam quais cogumelos, na louvável ânsia de tratar “Big Data” de cursos massificados e de personalizar percursos educacionais.
- “Augmented Virtual Reality”, que esbate as fronteiras entre a fantasia e o real, entre o afecto e o intelecto.
- Web 3.0 ou Web semântica, dotada de potentes ontologias e “data-mining facilities”, cujos agentes inteligentes estreitam a oferta na net de acordo com o perfil de procura habitual do utilizador.
- mLearning, potenciado pela penetração exponencial dos tablets e dos híbridos portáteis.
- “Voice Recognition”, que transforma radicalmente a relação homem-máquina, fazendo dela uma comunicação eficaz, simples e ergonomicamente “amiga”.
- Flexible screen displays”, que permitem ultrapassar as grandes limitações impostas por écrans rígidos e de exígua dimensão.
- Tecnologia 3D, que revoluciona a animação e a imagem na comunicação pedagógica corrente.
- etc. etc.

Estamos em presença de verdadeiros ‘killer applications’ que estão a provocar o maior *tsunami* observável no ensino superior desde há séculos, facultando o acesso livre, gratuito, fácil e de qualidade, de educação universitária a novos públicos, e varrendo os mais distantes horizontes geográficos e temporais.

Cava-se o fosso entre dois mundos: analógico vs digital, tartaruga vs lebre educativa, fast vs slow learning.

E, como é evidente, num tempo ditado pela urgência tecnológica, sobe a necessidade de conquista de maior sentido pessoal e social na manipulação de doses maciças de conhecimento disponível à distância de um click ou de um simples toque (do Homo Zapiens ao Homo Clickens e ao Homo Tactens).

Enfrentamos, assim, o desafio de acrescido “Generativismo” (designação com que venho baptizando, desde 2010, uma quinta teoria da aprendizagem) nas lides com as TIC tendo em vista a superação de um mundo ditado pela oferta torrencial de objectos de aprendizagem.

Sonho com um universo educacional em que a co-criação de conhecimento seja a norma (e não o seu mero consumo), no qual os saberes tácitos sejam tão valorizados quanto os maciçamente codificados, e em que os sujeitos de conhecimento superem os objectos de conhecimento. Essencialmente, aspiro a um tempo em que o homem tecnologicamente equipado seja cada vez mais apto no aproveitamento de um acesso torrencial a novo conhecimento para criar sentido, densificar a ética, e conquistar a sabedoria das sínteses.

Grande desafio, ingente tarefa, urgente missão, se abrem à Universidade Aberta, a cuja comunidade científica e claustro de insígnis educadores tenho a honra de passar a pertencer, a partir deste dia memorável de celebração, mas também de assunção de novas responsabilidades pessoais.

\*\*\*\*\*

Dito isto, feito o bosquejo de alguns campos preferenciais para a nova investigação e docência universitárias, seja-me permitida uma partilha na linha de reflexão que um grupo multicultural e pluridisciplinar de pessoas, acolhidas sob a cátedra de Adam Smith, vem fazendo, sob a epígrafe de International Futures Forum.

O iluminismo europeu elegeu a razão como motor primeiro, na prática, exclusivo, do universo.

Mais, na sua ânsia demiúrgica, o homem designa a Ciência e a Tecnologia como critério único para se chegar à Verdade.

O nosso sistema de promoção e de consagração de saberes, desde o 1.º ciclo de estudos primários ao 3.º ciclo universitário, conducente ao doutoramento, assenta num cânone de conhecimentos codificados, fragmentário, disciplinar, e analítico. Na academia replicamos sistematicamente a ideia de que só é válido aquilo que tem evidência empírica e é explicável por relações de causalidade, apuráveis pela observação de “regularidades”, preferencialmente mensuráveis e registáveis.

São estas as verdades ditas canónicas que elevamos à categoria de leis, teoremas, axiomas, paradigmas e modelos interpretativos da realidade. Neste hino ao primado racionalista, revelação, intuição, emoção, afecto, paixão, surgem como elementos perturbadores do bom raciocínio devendo, por conseguinte, ser liminarmente afastados da postura científica pura, a fim de não a inquinarem com questões menores da fragilidade humana.

Mas, ainda que esta fé prometaica nos tenha permitido atingir notáveis – e inegáveis – progressos no plano material, a realidade é que o mundo vive um ambiente crescente de medos e de predação, cavando na humanidade um fosso intransponível entre vencedores (poucos) e vencidos (a multidão).

Ora, em última *ratio*, o imperativo auto-legitimizador da ciência e da tecnologia, e o nanismo ético e cultural que o acompanha, vêm-nos colocando interrogações prementes de cuja resposta depende dramaticamente o nosso destino comum.

Qual o sentido da vida e da morte?

Como discernir entre o bem e o mal numa polis onde aparentemente tudo é permitido e fugaz, onde nada releva como prioridade, imersos como nos encontramos num pântano relativista que nos tolhe e condiciona?

Existirão algoritmos interpretativos capazes de superar a abordagem dicotômica tradicional entre mente e matéria, entre alma e corpo, entre todo e parte, entre mudança e conservação?

Onde e como encontrar a Verdade que escapa ao universo codificado, e restrito, da ciência moderna?

Haverá forma de conciliar métricas da física (*filosofia segunda*, no sentido aristotélico) com categorias ontológicas e cosmológicas da metafísica (*filosofia primeira*, no “ranking” aristotélico), sem cair num cientismo estéril?

A física newtoniana apurou que massa atrai massa na proporção directa das massas e na razão inversa do quadrado da distância. Posteriormente, a teoria da relatividade geral descreve a gravitação em termos análogos ao das três outras forças fundamentais que explicam o nosso universo físico (electromagnética, nuclear forte e nuclear fraca). O problema teórico consiste, agora, em reunir, numa única “teoria unificada de campo”, por um lado, a força gravítica, macroscópica, com as demais forças que actuam num plano eminentemente microscópico, e, por essa sua específica condição, se encontram sujeitas às contingências do princípio da incerteza de Heisenberg. Dito de outro modo, ao observador deixa de ser possível actuar “de fora”, na exacta medida em que o mero acto de observar altera as características do ente observado.

Mas, há sobretudo dois aspectos que me interessa salientar nesta brevíssima e aligeirada incursão pelos caminhos da mecânica quântica e da física da relatividade: (i) o de que a relatividade geral surge como uma *teoria relacional* na qual o que verdadeiramente importa é a *dinâmica*

*das interações* entre eventos no campo unificado do espaço-tempo, e (ii) o de que, aceitando-se, embora, a gravidade como categoria universal e omnipresente, queda por explicar a *prima ratio*, ou seja, por que razão *massa atrai massa*.

Teilhard de Chardin deu uma explicação genial para o aparentemente inexplicável na pura lógica das ciências da natureza. Propõe ele, singelamente, que massa atrai massa por obra do ... AMOR!

Neste seu entendimento é este o motor primeiro do mundo, nele ínsito desde o tempo zero que precede o Big Bang e desde a emergência da primeira partícula elementar, qual impressão digital, indelével, do seu Criador.

Sem pretender conjunturalizar esta minha intervenção, mas não ignorando as circunstâncias muito difíceis de vida pessoal, familiar e colectiva em que nos vemos hoje mergulhados, concluirei com uma simples pergunta e um arremedo de respostas alternativas.

Porque é que, quando escasseiam os recursos, e se verifica um empobrecimento geral das condições de vida, somos frequentemente levados a conflitos e a violências psíquicas / físicas, e só menos assiduamente somos conduzidos à colaboração / reinvenção, a uma melhor repartição do escasso, ao esforço conjunto e conjugado posto na superação da escassez?

Onde há menos pão, será a sua consequência lógica a luta fratricida pela acumulação ou, alternativamente, será de esperar a partilha pacífica do essencial? Nas circunstâncias onde encolhe o universo de bens a distribuir, a ocorrência mais provável será a sistemática humilhação do fraco pelo forte ou, pelo contrário, poderemos sonhar com a sábia consciencialização de que todos os seres humanos nascem iguais em direitos e deveres?

Não estudei os fundamentos científicos que explicam a dualidade comportamental extrema de humanos quando colocados em situação de depauperação generalizada. Mas de uma coisa estou certo: a de que o Amor, ou a sua falta, pode ser eleita como uma poderosa categoria analítica, susceptível de explicar o comportamento dominante do *bicho humano*: predador ou fraterno. E mais afirmo uma outra convicção profunda: a de que só o respeito escrupuloso pelos direitos fundamentais do Homem, tal como se lê logo a abrir a respectiva Declaração Universal, pode viabilizar soluções duradouras de paz e de concórdia:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

(Artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem).

\*\*\*\*\*

Celebramos neste ano de 2013 uma outra importante efeméride. São os 50 anos do histórico pronunciamento de Martin Luther King, Jr.: I Have a Dream.

Foi na marcha sobre Washington, DC, em 28 de agosto de 1963, que, sob a sua influência marcante, se transformou o espectro de uma carnificina, numa extraordinária manifestação pacífica sob sua directa inspiração. Proclamou ele, alcandorado do alto do Lincoln Memorial, mergulhado num ambiente de elevada tensão e de expectativa generalizada de confronto:

*Devolver ódio com ódio multiplica o ódio, acrescentando escuridão a uma noite desprovida de estrelas (...) Não procuraremos satisfazer a nossa sede de liberdade, sorvendo do cálice do revanchismo e do ódio (...) Agora, e sempre, elevar-nos-emos à grandeza de enfrentar a força física com a força anímica.*

Martin Luther King, Jr. era doutor pela Universidade de Boston (estudante brilhante, entra na universidade aos 15 anos e alcança o grau de PhD aos 25 anos, em 1955).

A sua dissertação de doutoramento debruça-se sobre a obra de Paul Tillich, em particular sobre as suas reflexões em torno da trilogia: Amor, Poder e Justiça (Love, Power and Justice). Na sua dissertação, o pastor cristão e activista social, aflora a doutrina pela qual vem a reger a sua corajosa intervenção pública na defesa de ideais pelos quais morre, assassinado, em 4 de abril de 1968, aos 39 anos de idade, numa marcha por direitos fundamentais na cidade de Memphis: na vida, para ter uma existência coerente, cada um terá de encontrar um alinhamento pessoal entre amor e poder, entre deveres e direitos, entre paixão e potência.

Escreve Martin Luther King, Jr.:

*O poder sem amor é destrutivo, e abusivo, enquanto o amor sem poder é sentimental, e anémico. Esta colisão entre um poder imoral e uma moralidade impotente qualifica a maior crise do nosso tempo.*

Com ele, sob sua inspiração, a minha geração sonhou sonhos de redenção e de grandeza emancipadora. Viveu utopias e sobreviveu a frustrações sem jamais deixar de acreditar. Acima de tudo, soube sempre que, com ânimo e entejada, é sempre possível sair do “rés-do-chão da vida”, na iluminada expressão do poeta.

### ÍCARO

O sol dos Sonhos derreteu-lhe as asas.  
E caiu lá do céu onde voava  
Ao rés-do-chão da vida.  
A um mar sem ondas onde navegava  
A paz rasteira nunca desmentida...

Mas ainda dorida  
No seio sedativo da planura,  
A alma já lhe pede impenitente,  
A graça urgente  
De uma nova aventura.

Miguel Torga, Diário XII.

\*\*\*\*\*

As instituições, tal como as pessoas, têm memória.

A memória é o repositório primeiro de cultura organizacional e pessoal, na medida em que regista: os primeiros passos, porventura titubeantes, do recém-nascido; o seu crescimento até à adultez; os falhanços e os sucessos que são fonte primeira de aprendizagens; os protagonistas e actores que vão esculpindo o retrato vivo, perenemente inacabado, do organismo em evolução.

Nesta ocasião, em que se celebra o primeiro quartel de século de uma Universidade que se antevê com vida longa e fecunda, quero associar-me à comemoração. Fá-lo-ei de modo singelo, como participante activo nos seus ritos iniciáticos dando, assim, uma pequena contribuição para espessar o seu património de memórias.

Efectivamente, foi a 15 de setembro de 1988 que o Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei que cria a Universidade Aberta. Não foi uma aprovação simples e fácil – o diploma foi pelo menos 3 vezes a plenário, tendo-se visto objecto de complexas negociações, designadamente

com o Ministério das Finanças, antes de poder ser considerado pronto para aprovação. Tivemos de responder, meticulosa e convincentemente, a questões como:

- Porquê uma 14<sup>a</sup> universidade pública?
- Para quê uma universidade aberta?
- Seriam as outras “fechadas” ou incapazes de se “abrir”?
- Porque transformar o IPED – Instituto Português de Ensino a Distância e o ITE – Instituto de Tecnologias Educativas, que boas provas tinham dado, o primeiro há 9 anos e o segundo há mais de uma década?

Promulgado a 16 de novembro e referendado a 18 de novembro, o D.L. n.º 444/88 vem finalmente a conhecer a luz do dia mediante publicação no DR I série, n.º 278, de 2 de dezembro de 1988.

São três os argumentos definitivos que convencem o Conselho de Ministros. Eles encontram-se bem expressos na exposição de motivos que fundamenta o agendamento do diploma. Essa argumentação é transposta, em substância, para o texto preambular do Decreto-Lei em apreço:

1. A necessidade de dispor de uma universidade com um alcance muito maior do que as demais que praticam um ensino predominantemente presencial, traduzido na atracção de novos públicos e em ofertas formativas inovadoras.
2. A oportunidade de catapultar a língua portuguesa para horizontes intercontinentais, como língua de formação dos muitos milhões de falantes de português, arquipelagicamente espalhados por todas as latitudes e longitudes do globo.
3. A ideia de promover uma intensa cooperação entre a Universidade Aberta e as demais instituições de ensino superior portuguesas no sentido de “assegurar a máxima difusão à produção de conhecimentos e a viabilização de um enquadramento dos estudantes em regime de ensino a distância”.

A posse do primeiro Reitor da Universidade Aberta, Professor Doutor Armando Rocha Trindade – incansável impulsionador da ideia da Universidade Aberta, e seu entusiástico timoneiro inicial, a cuja memória presto a mais sentida homenagem – tem lugar no Salão Nobre do Palácio Ceia, no dia 21 de fevereiro de 1989. Preside à cerimónia solene, verdadeiro momento de arranque da instituição, o Ministro da Educação.

Na cerimónia de posse são de recordar, pelo seu especial simbolismo, algumas passagens das palavras do Ministro de então:

*A Universidade Aberta, projecto inserido em todos os programas de governo dos últimos 10 anos e com dignidade de acolhimento expresso na Lei de Bases do Sistema Educativo, é finalmente uma realidade.*

*O D.L.n.º 444/88, de 2 de dezembro, que procede à criação da Universidade Aberta constitui, assim, a legislação mais largamente cogitada ao longo dos últimos anos e uma das mais ansiosamente esperadas.*

*Tendo embora numerosos pontos de contacto com as outras universidades de ensino a distância espalhadas por todo o mundo, a Universidade Aberta tem – eu diria que necessariamente – a especificidade que a define como diferente de todas as demais, porque desenhada e projectada para o espaço das realidades culturais, sociais, políticas, humanas, que constituem a identidade inconfundível da nação que somos.*

*A instituição (...) vem marcada por um acentuado sentido inovador. Desde logo, em razão da metodologia que a privilegia: a escola irá ao aluno e não o inverso, encerrando esse singelo facto uma potente capacidade democratizadora (...). Uma escola aberta à qual, progressivamente, todos se poderão dirigir; sem formalismo para aprender o que não sabem, ao ritmo que desejam.*

*A instituição “abre-se”, pois, à colaboração com todas aquelas instâncias na sociedade civil – forças económicas, culturais, administrativas, sociais, sindicais – que se preocupam com o problema da qualificação dos recursos humanos e da educação permanente.*

*(...) A Universidade Aberta transporta um nobre desígnio mobilizador: nasce a favor da realização do objectivo estratégico de aumentar as oportunidades de formação dos portugueses; não aparece contra ninguém, nem sequer contra as restantes universidades com as quais terá de cooperar intimamente já que poderá constituir-se na “longa manus” do melhor que nelas tem lugar levando-o à quadrícula mais fina do território nacional.*

*Não se tratou, aqui, de criar mais uma universidade do tipo e segundo o modelo das existentes; mas, antes, de criar uma instituição de tipo diferente, complementar das demais, dirigida a outras populações, a outro tipo de necessidades de formação, a outra forma de educar e de ensinar.*

*A Universidade Aberta surge, por conseguinte, como vector privilegiado de consecução de um velho sonho português, componente indissociável da sua cultura, de abolição das fronteiras geográficas do saber em ordem à realização de formas acrescidas de solidariedade entre povos e de uma visão ecuménica da história.*

Na velha tradição chinesa a relação entre pessoas e instituições rege-se com base no princípio do *guanxi*.

Por *guanxi* entenda-se uma relação privilegiada de confiança, tecida com base em relações mutuamente vantajosas e alavancada por uma rigorosa ética de reciprocidade de interesses.

Com efeito, não há base duradoura para o negócio na China que não se sustente num *quantum* apropriado de *guanxi* forte, alimentado em permanência e perceptível por ambas as partes.

Por muito que a minha condição de mestiçagem o pudesse reclamar não pretendo transpor para a ordem institucional interna os princípios *sínicos* do *guanxi*.

Pretendo, apenas, invocá-lo para justificar um acto de reciprocidade sem o qual o *guanxi* entre a Universidade Aberta e eu – que data de há, pelo menos, 25 anos – se veria seriamente comprometido.

É que para a educação chinesa, nenhuma oferta pode deixar de ter contrapartida, ainda que simbólica, penhor de um sentimento de cumplicidade indestrutível de que o *guanxi* é uma expressão espiritual superlativa.

Acresce que eu provenho do tempo dos ministros do *parque jurásico* – uma período já perdido nas profundezas da episódica memória em que não havia ainda computadores, nem de mesa e muito menos portáteis. Nesse *longinquo* tempo de difusa recordação, ministros havia que faziam gosto em manuscruver pessoalmente as suas intervenções que, uma vez passadas à máquina por diligentes secretárias ou dactilógrafas, eram sujeitas a minuciosas revisões e aperfeiçoamentos.

Senhor Reitor,

Meu Caro Amigo, Senhor Professor Doutor Paulo Dias,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Tenho a honra de lhe oferecer, Caro Reitor, e à Universidade Aberta que muito justamente dirige, um fac-simile do original manuscrito da minha intervenção aquando da tomada de posse do seu antecessor, Professor Doutor Armando Rocha Trindade, como primeiro Reitor da Universidade Aberta.

É, tenho consciência, uma fraca contrapartida com a qual pretendo, a título meramente simbólico, significar-lhe a gratidão e a honra que sinto pelo grau honorífico supremo que me foi generosamente concedido e em que acabo de me ver solenemente investido.

*Discurso de Roberto carneiro*

Peço-lhe que aceite esta insignificante oferta simbólica na sua exacta medida: uma contribuição pessoal para os anais da história da Universidade Aberta que, espero, possa satisfazer a curiosidade dos cultores das memórias institucionais e historiadores da educação portuguesa.

Bem hajam pelo vosso tocante acolhimento.

Muito obrigado!

Roberto Carneiro, Teatro Thalia, aos 21 de junho de 2013.